

Diário eletrônico do

MPRS

www.mprs.mp.br



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Boletins.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins.....	6
Súmulas de Contratos.....	7
Avisos de Licitações.....	7

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	7
---------------	---



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO TEMPORÁRIO N. 16/2026 – PGJ

Fixa, de forma temporária, atribuições ao cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final n. 90, para atuação na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

CONSIDERANDO o previsto no artigo 23, § 14, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982, que dispõe sobre as designações dos cargos de Promotor de Justiça Substituto de entrância e as suas atribuições;

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 do Provimento n. 006/2021 - PGJ, que dispõe sobre o Ato Temporário;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar, por período determinado e em caráter excepcional, as atribuições do cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final n. 90, em auxílio a cargos numerados de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, de Entrância Final.

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do PGEA 00983.000.596/2026;

RESOLVE editar o seguinte ATO TEMPORÁRIO:

Art. 1.º Fixa, de forma temporária, atribuições no cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final n. 90, em auxílio aos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, de Entrância Final, nos seguintes termos:

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE ENTRÂNCIA FINAL - 90				
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Juízo da 1ª Vara Criminal (Especializada em Júri) da Comarca de São Leopoldo			Procedimentos Policiais e Processos Judiciais - jurisdição comum.	Pro rata
Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de São Leopoldo				50, %
Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de São Leopoldo	Juizado Especial Criminal			50, %
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Controle Externo da Atividade Policial			Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal			Pro rata
Criminal	Crimes de Menor Potencial Ofensivo			Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro			Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal			Pro rata

Art. 2.º Este Ato Temporário entra em vigor a contar de 13/07/2026, com vigência até 12/07/2029.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.





Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

ATO N. 52/2026 - PGJ

Retifica o Ato de Provisório n. 11/2026 - PGJ, que modificou, de forma provisória, o Ato de Atribuições n. 107/2021 - PGJ, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, de Entrância Final.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 25, incisos XLV e LII, da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982;

CONSIDERANDO o parecer da Corregedoria-Geral do Ministério Público, expedido nos autos do 00983.000.439/2023,

RESOLVE editar o seguinte **ATO**:

Art. 1.º Retifica o quadro de atribuições do art. 1.º do Ato de Provisório n. 11/2026 - PGJ, para fazer constar nas atribuições da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, o que segue:

1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE				
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais do Estado			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo (1º Promotor de Justiça).	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		17ª DRE - Delegacia de Pesquisa e Investigação (DPI)	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA/RS	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Estadual: GAECO.	Pro rata
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE				
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
2ª Vara Regional de Garantias de Porto Alegre			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
1ª Vara Regional de Garantias de Porto Alegre			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Unidades Jurisdicionais do Estado		Acordo de Não Persecução Penal	Celebração de Acordos de Não Persecução Penal da Comarca de Porto Alegre	
Unidades Jurisdicionais do Estado			Central Regional - Espaço Bem-Me-Quer - Porto Alegre	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
			Central Regional - Espaço Bem-Me-Quer - Porto Alegre	
		Acordo de Não Persecução Penal	Celebração de Acordos de Não Persecução Penal da Comarca de Porto Alegre	
3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE				
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

2ª Vara Regional de Garantias de Porto Alegre			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
1ª Vara Regional de Garantias de Porto Alegre			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Unidades Jurisdicionais do Estado		Acordo de Não Persecução Penal	Celebração de Acordos de Não Persecução Penal das Comarcas integrantes da área de atuação do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Penal de Porto Alegre - NUGESP (ALVORADA, BARRA DO RIBEIRO, BUTIÁ, CACHOEIRINHA, CAMPO BOM, CANOAS, CHARQUEADAS, DOIS IRMÃOS, ELDORADO DO SUL, ESTÂNCIA VELHA, ESTEIO, FELIZ, GENERAL CÂMARA, GRAVATAÍ, GUAÍBA, IGREJINHA, IVOTI, MONTENEGRO, NOVO HAMBURGO, PAROBÉ, PORTÃO, SÃO JERÔNIMO, SÃO LEOPOLDO, SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, SAPIRANGA, SAPUCAIA DO SUL, TAQUARA, TRÊS COROAS, TRIUNFO E VIAMÃO).	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
		Acordo de Não Persecução Penal	Celebração de Acordos de Não Persecução Penal das Comarcas integrantes da área de atuação do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Penal de Porto Alegre - NUGESP (ALVORADA, BARRA DO RIBEIRO, BUTIÁ, CACHOEIRINHA, CAMPO BOM, CANOAS, CHARQUEADAS, DOIS IRMÃOS, ELDORADO DO SUL, ESTÂNCIA VELHA, ESTEIO, FELIZ, GENERAL CÂMARA, GRAVATAÍ, GUAÍBA, IGREJINHA, IVOTI, MONTENEGRO, NOVO HAMBURGO, PAROBÉ, PORTÃO, SÃO JERÔNIMO, SÃO LEOPOLDO, SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, SAPIRANGA, SAPUCAIA DO SUL, TAQUARA, TRÊS COROAS, TRIUNFO E VIAMÃO).	
5º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE				
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais do Estado			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo (5º Promotor de Justiça).	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		17ª DRE - Delegacia de Pesquisa e Investigação (DPI)	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA/RS	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Estadual: GAECO.	Pro rata
6º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE				
Judicial				
Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais da Comarca			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Unidades Jurisdicionais do Estado			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Extrajudicial				
Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público.	Pro rata
Criminal	Crimes da		Estadual: interesse institucional	Pro



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

	Legislação Especial Penal			rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Macrocriminalidade	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Estadual: GAECO.	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público.	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Estadual: interesse institucional	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Macrocriminalidade	Pro rata

8º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE**Judicial**

Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais da Comarca			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Unidades Jurisdicionais do Estado			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	

Extrajudicial

Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público.	Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Estadual: interesse institucional	Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Macrocriminalidade	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Estadual: GAECO.	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público.	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Estadual: interesse institucional	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Macrocriminalidade	Pro rata

9º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE**Judicial**

Unidade Jurisdicional	Competência	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Unidades Jurisdicionais da Comarca			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	
Unidades Jurisdicionais do Estado			Autor - MP - Matérias Extrajudiciais do Cargo.	

Extrajudicial

Área	Matéria	Classe/Assunto	Especificidade	Rateio
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público.	Pro rata
Criminal	Crimes da Legislação Especial		Estadual: interesse institucional	Pro rata



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

	Penal			
Criminal	Crimes da Legislação Especial Penal		Macrocriminalidade	Pro rata
Criminal	Crimes de Organizações Criminosas e de Lavagem de Dinheiro		Estadual: GAECO.	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Conexo com ato de improbidade administrativa e/ou lesão ao patrimônio público.	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Estadual: interesse institucional	Pro rata
Criminal	Crimes do Código Penal		Macrocriminalidade	Pro rata

Art. 2.º Este Ato entra em vigor a contar de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de maio de 2026.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

BOLETIM N. 223/2026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: DESIGNAR

- o substituto automático de escala do agente ministerial com atuação junto à Vara Judicial da Comarca de Candelária, a Promotora de Justiça Dra. Maria Fernanda Cassol Moreira, para dar prosseguimento ao inquérito policial, bem como acompanhar todos os trâmites do feito e seus desdobramentos, com base no Inquérito policial nº 5003212 35.2025.8.21.0089, oriundo do Juízo da Vara Judicial da Comarca de Candelária, no caso de férias, impedimentos ou ausências, o substituto de escala que não estiver impedido, e responder pelo cargo (Port. 80/2026/SUBJUR).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2026.

RAQUEL ISOTTON,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**BOLETIM N. 224/2026**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: CONCEDER

- o abono de permanência, com fulcro no artigo 8º da Emenda Constitucional nº 103/2019, no artigo 6º, caput, da Emenda à Constituição Estadual nº 78/2020 e no artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 15.429/2019, nos termos da regra de transição posta no artigo 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019, à servidora JAQUELINE FERREIRA DE LIMA, ID nº 3429946, Técnica do Ministério Público, Classe "F", a contar de 11 de junho de 2026, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, na forma do disposto no artigo 3º da Instrução Normativa nº 03/2011 (PGEA 01271.000.001/2026 – Port. 1011/2026/SUBADM).

- com base no disposto no PGEA 00001.000.780/2026, à servidora EVELIN LAÍS LIPKE, ID nº 5177502, Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, a Gratificação por Atividade de Apoio à Gestão e à Atividade-Fim do MPRS – GRAFIM, nos termos do art. 17-B da Lei Estadual nº 15.516/2020 e do Provimento nº 32/2026-PGJ, a contar de 1º de junho de 2026, em virtude de sua atuação junto PROGRAMA DE APOIO AOS REGIMES DE EXCEÇÃO DO MP/RS (Port. 1042/2026/SUBADM).

- com base no disposto no PGEA 00001.000.780/2026, à servidora NATÁLIA CAROIM ORIBES, ID nº 4720067, Assessora de Promotor de Justiça II, CC-06, a Gratificação por Atividade de Apoio à Gestão e à Atividade-Fim do MPRS – GRAFIM, nos termos do art. 17-B da Lei Estadual nº 15.516/2020 e do Provimento nº 32/2026-PGJ, a contar de 1º de junho de 2026, em virtude de sua atuação junto PROGRAMA DE APOIO AOS REGIMES DE EXCEÇÃO DO MP/RS (Port. 1049/2026/SUBADM).





Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

DESIGNAR

- a contar de 1º de julho de 2026, a servidora ANA CELIA SANTOS, ID n.º 4290127, Oficial do Ministério Público, para exercer a função gratificada de Assessor Especial do Ministério Público V, FG-05, deste Órgão (PGEA 02483.000.051/2026 – Port. 1038/2026/SUBADM).
- a contar de 1º de julho de 2026, o servidor DAVI RADOVAN, ID n.º 3439348, Técnico do Ministério Público, para exercer a função gratificada de Assessor Especial do Ministério Público V, FG-05, deste Órgão (PGEA 02483.000.053/2026 – Port. 1039/2026/SUBADM).
- a contar de 1º de julho de 2026, a servidora SOLANGE DO CARMO DE LIMA, ID n.º 3426785, Técnica do Ministério Público, para exercer a função gratificada de Assessor Especial do Ministério Público V, FG-05, deste Órgão (PGEA 02483.000.054/2026 – Port. 1040/2026/SUBADM).
- a contar de 1º de julho de 2026, a servidora ANA CRISTINA ZAGO DE LIMA, ID n.º 3431762, Técnica do Ministério Público, para exercer a função gratificada de Assessor Especial do Ministério Público V, FG-05, deste Órgão (PGEA 02483.000.052/2026 – Port. 1041/2026/SUBADM).
- a contar de 1º de julho de 2026, o servidor ANDRÉ ANTONIO PETERSEN XAVIER, ID n.º 3437396, Analista do Ministério Público Informática, para exercer, em substituição, a função gratificada de Coordenador de Unidade, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular, Edson Fernando Maraschin (PGEA 02612.000.048/2026 – Port. 1050/2026/SUBADM).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 06/07/2026, no cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, MARIANY SILVA GENRO, tendo entrado em exercício em 07/07/2026.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2026.**HERIBERTO ROOS MACIEL**,

Procurador de Justiça,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS Nº 0025/2025
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.050/2025**

CONTRATADA: THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do ajuste, por 12 (doze) meses, a contar de 10 de julho de 2026; **VALOR TOTAL:** R\$224.891,40; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO. 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3930; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021 e cláusula décima quinta do ajuste;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2026.**ROGERIO DA SILVA MEIRA**,

Diretor-Geral, em substituição.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS Nº 0020/2026
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.073/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025**

CONTRATADA: CWA ASSESSORIA E MONITORAMENTO DE RADIO E TV LTDA; **OBJETO:** serviços contínuos, pelo prazo inicial de 12 meses, de monitoramento e clipping de matérias jornalísticas sobre o MP/RS e áreas de interesse veiculadas nas mídias, impressa, eletrônica e digital e, ainda, de monitoramento de informações veiculadas em jornal, revista, rádio, TV e internet sobre a DPE/RS e sobre o TJ/RS para efeitos comparativos de análise de mídia com o clipping deste Ministério Público; **VALOR TOTAL:** R\$198.807,96; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Subprojeto 00001, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39 3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021, Leis Estaduais n.ºs 13.706/2011 e 15.228/2018, Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2026.**ROGERIO DA SILVA MEIRA**,

Diretor-Geral, em substituição.

**SÚMULA DO TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAIS TÉCNICOS
E DE GESTORES DE CONTRATO Nº 035/2026
PROCEDIMENTO 02405.000.073/2026**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça DESIGNA, para atuar no Contrato nº 0020/2026, os servidores: FLAVIA DA SILVA KAMPPFF BORTOLANZA, ID 4294530, como Fiscal Técnico; RAFAEL SANCHES GUERRA, ID 4920520, como Fiscal Técnico Substituto; A gestão do contrato ficará a cargo da Unidade de Gestão de Contratos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2026.**ROGERIO DA SILVA MEIRA**,

Diretor-Geral, em substituição.

**SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0037/2023
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.090/2023**

CONTRATADA: OI S/A; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 13 de julho de 2026, quanto aos itens 01 (Assinatura Mensal Terminal Analógico), 02 (Assinaturas Mensais Telefonia Fixa - E1 30 troncos), 08 (Minutos Mensais para Chamadas de Longa



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

Distância Internacional) e 12 (Taxas de Instalação E1) do objeto, com a renovação dos quantitativos estimados, bem como consignar que o reajuste de preços previsto no item 6.11 do ajuste dar-se-á oportunamente, por meio de apostilamento. **VALOR TOTAL:** R\$500.817,36; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO. 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3979; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como na cláusula décima terceira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2026.

ROGERIO DA SILVA MEIRA,
Diretor-Geral, em substituição.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 15/2026 (PGEA n.º 00677.000.560/2026). **Critério de julgamento:** Menor preço global. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia para reforma e manutenção no prédio das Promotorias de Justiça de Candelária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 23/07/2026, às 12 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 23/07/2026, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Federal n.º 14.133/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2026.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,
Coordenador da Unidade de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 013/2026

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01724.000.020/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Bom Jesus. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Claudia Lucia Bonetti. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. **OBJETO:** Investigar possível cessão irregular de terreno público estadual em Bom Jesus.. **INVESTIGADO(S):** Município de Bom Jesus. **LOCAL DO FATO:** Bom Jesus.

ADITAMENTO A PORTARIA. **TIPO DE PROCEDIMENTO:** Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00726.000.508/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Guilherme Roberto Guerra. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. **OBJETO:** Adoção de medidas de segurança no pátio da Secretaria Municipal de? Obras, em razão da proximidade com o Presídio Estadual de Caçapava do Sul. **INVESTIGADO(S):** Secretaria Municipal de Obras de Caçapava do Sul, Prefeito de Caçapava do Sul. **LOCAL DO FATO:** Caçapava do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01506.001.651/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Alexandra Carniel Antonio. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **OBJETO:** Apurar irregularidades no procedimento licitatório, especialmente quanto à avaliação da qualificação técnica exigida pelo Edital 364/2024 - Concorrência Eletrônica, do Município de Canoas, tendo por objeto a contratação de pessoa jurídica da área de arquitetura e/ou engenharia para avaliação imobiliária de lotes, utilizando o Método Comparativo de Dados de Mercado Inferência estatística, conforme norma técnica - NBR 14653-2.. **INVESTIGADO(S):** Município de Canoas. **LOCAL DO FATO:** Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01738.000.432/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Casca. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Aline Beatriz Bibiano. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. **OBJETO:** Apurar eventuais irregularidades de destinação de recurso público. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** CASCA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01534.000.043/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Suzane Hellfeldt. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. **OBJETO:** Coligir elementos acerca do pagamento reiterado de horas extraordinárias à servidora pública do Município de Cruz Alta. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00754.000.012/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Suzane Hellfeldt. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. **OBJETO:** apurar possível prejuízo ao erário relacionado a contrato administrativo firmado pelo Município de Cruz Alta e poe empresa identificada nos autos. **INVESTIGADO(S):** Município de Cruz Alta, pessoa jurídica identificada nos autos. **LOCAL DO FATO:** Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01754.000.916/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Encantado. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Heráclito Mota Barreto Neto. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. **OBJETO:** Apurar suposto mau uso dos valores arrecadados por meio de doações em favor das pessoas atingidas pelas enchentes no ano de 2024. **INVESTIGADO(S):** Pessoa física identificada nos autos. **LOCAL DO FATO:** Muçum/RS.



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00763.000.214/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Adotar as providências necessárias à celebração de acordo de não persecução cível (ANPC) nos autos de ação em fase de cumprimento de sentença.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00763.000.225/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Possíveis irregularidades na gestão e aplicação de recursos públicos estaduais repassados à EMEF Ângelo Rosa, provenientes do "Programa Alfabetiza Tchê". INVESTIGADO(S): E.M.E.F. Ângelo Rosa de Barão de Cotegipe. LOCAL DO FATO: Município de Barão de Cotegipe.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.153/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na contratação decorrente da Dispensa de Licitação nº 004/2025 do Município de Cruzaltense/RS, que resultou no Contrato nº 004/2025. INVESTIGADO(S): Município de Cruzaltense, Pessoa Jurídica identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Município de Cruzaltense.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01508.000.955/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Barbosa Fernandes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Apurar a legalidade da Portaria Municipal nº 103/2025, que designou servidor para exercer "Atividade de Natureza Especial de Coordenador do Programa PAA", com percepção da gratificação GE-03, à luz da Lei Municipal nº 3.144/2017. INVESTIGADO(S): Município de Severiano de Almeida. LOCAL DO FATO: Município de Severiano de Almeida.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01646.000.041/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. OBJETO: Apurar eventual falta de implementação da Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC).. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.669/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades praticadas no Município de Esteio por agentes políticos e públicos, envolvendo Secretaria Municipal. INVESTIGADO(S): Pessoas físicas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Esteio/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01606.000.088/2024. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio. OBJETO: : Apurar conflito de interesses entre cargos ocupados por servidor que atua na Fundação de Saúde Pública São Camilo de Esteio (FSPSCE) e no Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano (IBSaúde). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Av. Castro Alves, 948, Tamandaré - Hospital São Camilo de Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01772.000.150/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Giruá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 006/2026, destinado à contratação de empresa especializada no fornecimento de serviço de auxiliar de serviços gerais. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Giruá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01774.000.258/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gramado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Natália Cagliari. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado. OBJETO: Acompanhar a escolha do local de realização do Grande Desfile de Natal, considerando o fenômeno climático previsto - El Niño. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Gramado, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01597.000.157/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na contratação temporária de docentes, em detrimento da nomeação de candidatos aprovados em concurso público, pelo Município de Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01652.000.300/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Horizontina. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Maria Borgmann. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina. OBJETO: Apurar suposta irregularidade em projeto de lei municipal que restringe o uso do auxílio-alimentação dos servidores, obrigando-os a utilizar o benefício exclusivamente em estabelecimentos comerciais situados no limite geográfico do Município de Horizontina/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01784.000.036/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Iraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Lopes de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí. OBJETO: Investigar o uso de veículo adquirido no processo licitatório n.º 019/2026 . INVESTIGADO(S): Município de Iraí/RS. LOCAL DO FATO: Iraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00803.000.502/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades constatadas no Relatório de Auditoria TCE - Contas Anuais nº 000540-0200/24-5 - LAJEADO. INVESTIGADO(S): Município de Lajeado, pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01518.000.202/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na lotação do cargo de Procurador-Geral do Município de Lajeado/RS, pois ocupado por cargo de livre nomeação e exoneração.. INVESTIGADO(S): Município de Lajeado. LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00803.000.103/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Averiguar supostas irregularidades apontadas no relatório de Auditoria TCE - Contas Anuais nº 000182-0200/23-7 - CANUDOS DO VALE. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Canudos do Vale/RS..

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01518.000.002/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado. OBJETO: Apurar possível irregularidade na condução de concurso público do Município de Marques de Souza /RS, referente ao cargo de Professora. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Marques de Souza.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01790.000.051/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Francisco Campello Dill. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. OBJETO: Averiguar possível omissão da Prefeitura Municipal em instaurar sindicância ou procedimento administrativo para apurar assédio moral, violência psicológica contra mulher ou violência de gênero contra servidoras lotadas no Município de Marcelino Ramos. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00808.000.423/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Velela. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Apurar supostos desvios de função de servidores ocupantes de cargos em comissão no Município de Maratá. INVESTIGADO(S): Município de Maratá. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01800.000.668/2025. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Flávia Amaral Rezende. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades no recebimento de diárias para viagem internacional efetuada por agente político. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Nova Petrópolis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.001.053/2025. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apurar possível irregularidade no Decreto Municipal n. 10.012/2025, que trata, entre outros, da compensação de horário e/ou desconto salarial, mas apresenta ambiguidades que podem gerar interpretações diversas e discricionariedade alargada. . INVESTIGADO(S): Município de Nova Prata. LOCAL DO FATO: Nova Prata.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.055/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apurar possível irregularidade na gestão de pessoal do Município de Nova Prata, consistente na manutenção de contratações temporárias para o cargo de nutricionista em situação que indica substituição contínua de funções permanentes, bem como na permanência de servidor efetivo designado para função comissionada ocupando duas matrículas sem o exercício das atribuições correspondentes, com consequente impacto na organização do quadro e nas despesas públicas. INVESTIGADO(S): Município de Nova Prata. LOCAL DO FATO: Nova Prata.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.143/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apuração de possível irregularidade na nomeação de filho de Secretário Municipal para cargo em comissão no Município de Guabiju, por eventual favorecimento e incompatibilidade entre as atribuições do cargo e as atividades efetivamente desempenhadas. INVESTIGADO(S): Município de Guabiju. LOCAL DO FATO: Guabiju.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.250/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na definição dos critérios para escolha de turmas por professoras da rede municipal de ensino do Município de São Jorge no início do ano letivo de 2026, consistente na adoção do critério de assiduidade aferido a partir da quantidade de atestados médicos apresentados no ano anterior em substituição ao critério tradicional de antiguidade, previsto no art. 24 da Lei Municipal nº 171/1992, bem como verificar a legalidade da utilização de afastamentos médicos como fator de classificação funcional e seus possíveis impactos sobre os direitos dos servidores.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Jorge.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.054/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apurar a ocorrência de pagamentos indevidos a aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência do Município de Nova Prata (IPRAM), no período compreendido entre os anos de 2010 e 2016, bem como eventual responsabilidade de gestores públicos pela autorização, manutenção ou não correção das irregularidades, e a adoção, pelo ente previdenciário, de medidas efetivas visando à restituição dos valores pagos indevidamente e à recomposição do erário.. INVESTIGADO(S): Instituto de Previdência e Assistência Social - IPRAM Nova Prata e pessoas físicas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Nova Prata.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.163/2026. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Osmarini Marques. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: Apurar possível irregularidade na criação e no provimento da Função Gratificada Dirigente de Humanização e Relacionamento, no Município de Nova Prata, diante de indícios de desvio de finalidade e de função, ausência de motivação técnica e designação de servidora ocupante de cargo efetivo de atendente de creche para exercício de atribuições na área da saúde, possivelmente sem qualificação específica e com potencial favorecimento pessoal (parentesco com agente político).. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Nova



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

Prata.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01512.000.892/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Robson Jonas Barreiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar irregularidades na organização e funcionamento da Feira do Produtor de Novo Hamburgo, especialmente quanto à ocupação de bancas por pessoas não enquadradas como produtores rurais, ausência de critérios objetivos de ingresso e falta de formalização administrativa. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01512.001.459/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Robson Jonas Barreiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Investigar supostas irregularidades em repasses realizados pela Prefeitura de Novo Hamburgo a pessoa física identificada nos autos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01216.000.092/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Apurar suposta irregularidade em contratação direta para prestação de serviços. INVESTIGADO(S): Município de Coxilha, pessoas físicas identificadas nos autos. LOCAL DO FATO: Coxilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01216.000.219/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades em PAD contra servidor do Município de Pontão. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Município de Pontão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00824.000.696/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: Apurar possível ilícito decorrente de desvio de bens adquiridos por força da emenda impositiva 11.152/2021, Município de Pelotas/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pelotas/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01304.001.003/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Voltaire de Freitas Michel. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Apurar emissão de certificados por determinada empresa que oferta cursos para órgãos públicos, mesmo sem participações. INVESTIGADO(S): Pessoa jurídica identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 00829.000.992/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Josiene Menezes Paim. CLASSIFICAÇÃO: 6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Acompanhar a gestão de recursos públicos no âmbito da Secretaria Estadual da Educação do Rio Grande do Sul, considerando o firmado no Termo de Autocomposição cujo acompanhamento está sendo feito por meio do PAR nº 00829.000.646/2024.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00852.003.444/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laura Regina Sedrez Porto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar ausência de licitação para contratação do serviço de coleta de resíduos sólidos no Município de Rio Grande. INVESTIGADO(S): Município de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00861.000.547/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa e/ou infração funcional decorrente da conduta do servidor municipal, consistente na condução de veículo oficial sob efeito de álcool, com envolvimento em acidente de trânsito, tentativa de fuga e resistência à abordagem, bem como verificar as providências administrativas adotadas pelo Município e eventual ocorrência de dano ao erário e necessidade de ressarcimento.. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00861.000.232/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na gestão administrativa do Município de Sinimbu/RS, exercício de 2024, consistentes em fragilidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente quanto ao planejamento orçamentário, transparência da gestão, regularidade no envio de informações aos órgãos de controle e atualização de planos e políticas públicas estruturantes, bem como verificar a adoção de medidas eficazes para a correção das impropriedades identificadas.. INVESTIGADO(S): Município de Sinimbu. LOCAL DO FATO: Sinimbu.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00861.003.306/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Investigar suposta situação de assédio moral, omissão administrativa e abuso de poder praticados, em tese, por servidor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), em Santa Cruz do Sul.. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01530.000.844/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Fernando Barin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Investigar possível situação de assédio moral, bem como suposto desvio de verbas públicas e demais irregularidades cometidas, em tese, por Servidor Municipal de Saúde no Município de Passo do Sobrado. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Passo do Sobrado.



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01868.000.057/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Márcia Christ Fonseca. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. **OBJETO:** Apurar suposta negligência médica ocorrida na Santa Casa de Santa Vitória do Palmar/RS. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01581.000.025/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Santo Cristo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Leandro Capaverde Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Cristo. **OBJETO:** Apurar e adotar providências quanto às supostas irregularidades na contratação dos Secretários Municipais de Porto Vera Cruz. **INVESTIGADO(S):** Município de Porto Vera Cruz. **LOCAL DO FATO:** Santo Cristo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00879.000.068/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de São Borja. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Guilherme Machado Barboza. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja. **OBJETO:** Complementação das investigações, oportunizando manifestação ao ex-gestor, requisitando ao Município informações detalhadas sobre eventuais medidas posteriores, sem prejuízo do acompanhamento do Processo de Contas Especiais autuado no TCE/RS e da eventual adoção de medidas de tutela do ressarcimento ao erário em juízo - Processo nº 17624-0200/25-6. **INVESTIGADO(S):** Pessoa física identificada nos autos. **LOCAL DO FATO:** Município de São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00879.000.270/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de São Borja. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Guilherme Machado Barboza. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja. **OBJETO:** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das determinações e providências impostas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento das contas do Prefeito Municipal de São Borja, relativas ao exercício financeiro de 2023, objeto do Processo nº 000908 02.00/23 4 daquela Corte.. **INVESTIGADO(S):** Pessoa física identificada nos autos. **LOCAL DO FATO:** MUNICÍPIO DE SÃO BORJA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01870.000.036/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Carolina Elisa Reinheimer. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. **OBJETO:** Apurar possíveis irregularidades no banco de horas dos servidores do Município de São Francisco de Assis. **INVESTIGADO(S):** Município de São Francisco de Assis. **LOCAL DO FATO:** São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01872.000.964/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Apurar eventual irregularidade no pagamento de salários a servidor municipal de Cambará do Sul. **INVESTIGADO(S):** Município de Cambará do Sul. **LOCAL DO FATO:** Cambará do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01872.000.091/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Apurar possível inconstitucionalidade/ilegalidade da Lei Municipal nº 3.997/2026, do Município de São Francisco de Paula, que concedeu aumento de vencimentos a título de ganho real aos servidores ocupantes de cargos em comissão do Poder Legislativo Municipal (Assessor Legislativo, Diretor Administrativo, Diretor Legislativo e Assessor Jurídico). **INVESTIGADO(S):** Município de São Francisco de Paula. **LOCAL DO FATO:** São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01872.000.877/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Apurar a regularidade das aquisições de medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde de Cambará do Sul/RS no exercício de 2025, em especial o Empenho nº 006022/2025, verificando eventual burla à licitação, dano ao erário, improbidade administrativa. **INVESTIGADO(S):** Município de Cambará do Sul. **LOCAL DO FATO:** Cambará do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00882.000.699/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Apurar possíveis irregularidades na política de pessoal do Município de Cambará do Sul e da Fundação Hospitalar São José, consistentes em: (i) ausência de amparo normativo para rubricas remuneratórias variáveis; (ii) possível extrapolção do limite de despesas com pessoal previsto no art. 20, III, 'b', da Lei Complementar nº 101/2000; e (iii) descumprimento das obrigações de transparência ativa quanto à divulgação das rubricas salariais no Portal da Transparência, nos termos do art. 48 da LRF e do art. 8º da Lei nº 12.527/2011- FATO 9. **INVESTIGADO(S):** Município de Cambará do Sul. **LOCAL DO FATO:** Cambará do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 00882.000.204/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Apurar eventual configuração de nepotismo e improbidade administrativa. **INVESTIGADO(S):** Thiago Carniel Teixeira. **LOCAL DO FATO:** São Francisco de Paula.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01872.000.940/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Apurar eventual irregularidade em contratações temporárias em excesso. **INVESTIGADO(S):** Município de São Francisco de Paula. **LOCAL DO FATO:** São Francisco de Paula.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01872.000.944/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **OBJETO:** Averiguar suposto uso inadequado e sucateamento de veículos adquiridos com recursos públicos. **INVESTIGADO(S):** SEMA- São Francisco de Paula. **LOCAL DO FATO:** São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **Nº DO PROCEDIMENTO:** 01872.000.156/2026. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruno Pereira Pereira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Apurar a regularidade da utilização do ginásio da Escola Estadual José de Alencar, localizada no Município de São Francisco de Paula, por particulares. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01872.000.001/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: Apurar suposta atuação irregular da Guarda Municipal de São Francisco de Paula, consistente no exercício de funções típicas da corporação sem que seus integrantes tenham realizado o Curso de Formação Profissional obrigatório, exigido pela Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01583.000.662/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na seleção de agricultores beneficiários de verba pública estadual destinada à mitigação de eventos climáticos no Município de São José do Norte. Verificar eventual interferência indevida de dirigentes de entidades representativas na inclusão e exclusão de beneficiários. Analisar a conformidade do procedimento com os critérios técnicos estabelecidos pelo programa e com os princípios da administração pública.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01542.000.141/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristina Schmitt Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades na contratação de funcionários do SAMU.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Leopoldo/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01542.000.217/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristina Schmitt Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo. OBJETO: Denúncia enviada pela internet. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Leopoldo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01876.000.462/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Apurar a ocorrência do uso indevido de bens públicos e a eventual configuração de dano ao erário em razão desse uso. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.008/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tayse Bielecki Yamanaka. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Verificar a possível irregularidade no Pregão Eletrônico 056/2025. INVESTIGADO(S): Município de São Pedro do Sul. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01904.000.100/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Taís Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Apurar precariedade na prestação de serviço pela CORSAN em Vista Gaúcha.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Vista Gaúcha/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01591.000.166/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Araujo Simões. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Investigar eventuais irregularidades na contratação de empresa identificada nos autos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Três Cachoeiras.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01593.000.619/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Mello Müller. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Averiguar eventual desvio de função de professores que estariam ocupando FGs.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01544.000.069/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Loren Tazioli Engelbrecht Zantut. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Relato de possível omissão administrativa, falta de transparência, ocupação irregular de bem público, ausência de decisão motivada referente a processo administrativo municipal na Prefeitura de Triunfo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01544.000.087/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Loren Tazioli Engelbrecht Zantut. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Averiguar suposta solicitação de propina por servidor público para realizar serviço com máquinas municipais. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01544.000.228/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Loren Tazioli Engelbrecht Zantut. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar notícia de possível preterição de candidatos aprovados no Concurso Público n.º 01/2020 do Município de Triunfo para o cargo de Motorista de Carro Leve, em razão de alegado desvio de função de servidores públicos, utilização de cargos comissionados para o exercício de atribuições típicas do referido cargo efetivo e contratação de serviços terceirizados.. INVESTIGADO(S): Município de Triunfo. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01546.001.203/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Investigar possíveis irregularidades em contratações municipais de locação de máquinas por horas-máquina, mediante pregões e uso de ata de registro de preços, em aparente reprodução de modelo já censurado pelo TCE/RS. Apurar inconsistências no planejamento administrativo, na utilização de estudos técnicos preliminares e eventual fracionamento de demandas. Verificar possível inadequação da classificação orçamentária e eventual uso indevido de recursos da Operação FINISA, bem como contradições com o Projeto de Lei nº 47/2026.. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01920.000.123/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Averiguar eventuais irregularidades na contratação de empresa de sonorização pelo Município de Vila Flores (dispensa de licitação). INVESTIGADO: Município de Vila Flores. LOCAL DO FATO: Vila Flores.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01920.000.051/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Veranópolis. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucio Flavo Miotto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis. OBJETO: Averiguar suposta contratação emergencial irregular por prorrogação de prazo contrária à norma.. INVESTIGADOS: Município de Veranópolis e pessoa jurídica identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Veranópolis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00931.000.530/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar eventual atuação fiscal ilegal no Município de Viamão. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00937.000.324/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Augusto Pestana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Schneider Cavalini. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana. OBJETO: Adequar as normativas e regulamentações acerca do recebimento, execução e transparência de emendas parlamentares no Município de Augusto Pestana.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Augusto Pestana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00937.000.319/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Augusto Pestana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Schneider Cavalini. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana. OBJETO: Adequar às normativas e regulamentações acerca do recebimento, execução e transparência de emendas parlamentares no Município de Jóia.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Jóia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00941.000.165/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jaquiline Liz Staub. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar possível déficit de pessoal no setor de Controle Interno do Município de Coronel Bicaco.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01826.000.049/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jéssica Cordeiro da Rocha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. OBJETO: Apurar eventual irregularidade/ilegalidade na realização de curso e recebimento de diária por servidor. INVESTIGADO(S): Município de Pinhal/RS. LOCAL DO FATO: Pinhal.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02383.000.496/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Modesti Donin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. OBJETO: Apurar a omissão legislativa na Lei Orgânica Municipal de Garruchos/RS e a insuficiência material procedimental do respectivo Regimento Interno, que têm inviabilizado a garantia da representação proporcional dos partidos políticos na composição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, em afronta reiterada ao artigo 58, § 1º, da Constituição Federal.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Garruchos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02383.000.603/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Modesti Donin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. OBJETO: Averiguar suposta quebra de impessoalidade e imparcialidade por Agente de Controle Interno de Garruchos, decorrente da exaltação da atual gestão municipal em suas redes sociais particulares. A conduta conflita, em tese, com o art. 37, caput, da Constituição Federal e com o art. 14, I, da Lei Municipal nº 2232/2019, que exige independência funcional do órgão de controle.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Garruchos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 02378.002.213/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laerte Kramer Pacheco. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades no pregão eletrônico 204/2024. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02378.001.221/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laerte Kramer Pacheco. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apurar a regularidade de prestação de serviços de segurança privada por empresas a órgãos do município de Capão da Canoa.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01221.000.098/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Luísa Vieira Peretti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santiago. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades nas emendas parlamentares aos orçamentos do Município de Santiago. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Santiago.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01221.000.091/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:



Porto Alegre, 8 de julho de 2026.

Edição n. 4296

Maria Luísa Vieira Peretti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santiago. OBJETO: Apurar a ausência, no âmbito do Município de Santiago, de ato normativo local destinado a regulamentar a aplicação administrativa da Lei nº 2.846/2013 e Lei Anticorrupção, bem como avaliar a adoção de providências extrajudiciais cabíveis para fomentar a estruturação normativa necessária à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública municipal.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santiago.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01752.001.313/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anita Spies da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Averiguar eventual irregularidade na remuneração de servidor do Município de Eldorado do Sul.. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01752.001.314/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anita Spies da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Apurar supostas irregularidades na contratação de pessoas pelo Município de Eldorado do Sul, mediante intermediação do Consórcio Centro Sul, com alegações de burla ao regime constitucional de contratação de pessoal, desvio de finalidade de contratos administrativos, possível pejetização e inadimplemento contratual. INVESTIGADO(S): Município de Eldorado do Sul. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01752.000.508/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anita Spies da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades no credenciamento/celebração de convênios de escolas de educação infantil no Município de Eldorado do Sul. INVESTIGADO(S): Escola Infantil Eldoradinho Ltda, Escola de Educação Infantil Coração Gaúcho Ltda. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01752.000.886/2025. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anita Spies da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Apurar possível utilização de recursos públicos municipais para a produção e divulgação de conteúdo de cunho pessoal e promocional da Prefeita Municipal, em redes sociais privadas, em detrimento dos canais institucionais. INVESTIGADO(S): Pessoa física identificada nos autos. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01752.000.001/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anita Spies da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Apurar supostas ilegalidades envolvidas à concessão de bônus de 100% a dois trabalhadores da Secretaria Municipal de Obras, com fundamento na Portaria n.º 1678/2025 e na Lei Municipal n.º 5.979/2025. INVESTIGADO(S): Município de Eldorado do Sul. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01696.000.044/2026. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ivoti. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcéli da Silva Serafim Preis. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ivoti. OBJETO: Averiguar possível irregularidade na Concessão de Licenças para Táxi no Município de Ivoti. INVESTIGADO(S): Município de Ivoti. LOCAL DO FATO: Ivoti.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de julho de 2026.

ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN,

Coordenador do CAO Cível e do Patrimônio Público, em substituição.